



A/451192

Isabel Camisão
Luís Lobo-Fernandes

Construir a Europa

O processo de integração entre
a teoria e a história



Principia

Publicações Universitárias e Científicas

ÍNDICE

AGRADECIMENTOS	9
PREFÁCIO	11
SIGLAS E ACRÓNIMOS	15
INTRODUÇÃO	17
Portugal e a União Europeia	21
O neofederalismo como quadro de integração aberta	24
PRIMEIRA PARTE – A EVOLUÇÃO DAS TEORIAS DA INTEGRAÇÃO EUROPEIA E OS NOVOS DEBATES	27
I. Os paradigmas clássicos: os limites das teorias	33
1.1 O paradigma supranacional: a importância das instituições centrais	33
1.2 O paradigma intergovernamental: o Estado como unidade de referência	37
II. Os novos debates: da integração à governação europeia	43
2.1 A União Europeia como <i>Estado regulador</i>	44
2.2 A União Europeia como modelo de governação multinível	48
2.3 Teorias do poder e ordem política europeia	50
III. A proposição neofederal: um federalismo descentralizador para uma União <i>sui generis</i>	55
SEGUNDA PARTE – DE MAASTRICHT A NICE: RUMO A UMA UNIÃO DE ESTADOS OU <i>ENTRE</i> ESTADOS?	61
IV. O Tratado de Maastricht: a conclusão do mercado interno como trampolim para a integração política	69
a) O aprofundamento da integração económica: na senda do federalismo monetário	70
b) A natureza da União: rumo a uma construção de tipo <i>federal</i> ?	73
4.1 A eficácia interna da União e a questão da legitimidade	74
4.1.1 As principais reformas institucionais	74
4.1.2 O processo de co-decisão	78
4.1.3 O princípio da subsidiariedade	80
4.1.4 A cidadania da União	83
4.1.5 O acordo sobre a política social	86
4.1.6 Justiça e assuntos internos	87
4.2 O embrião de uma identidade externa da União no domínio político	90

4.3 Conclusão: Maastricht ou a revelação de um modelo aberto	96
V. O Tratado de Amesterdão: do mercado interno ao Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	99
5.1 A eficácia interna da União e a questão da legitimidade	101
5.1.1 As principais reformas institucionais: as novas disposições e a reestruturação adiada	102
5.1.2 A União e o cidadão	105
5.1.3 A clarificação do princípio da subsidiariedade	108
5.1.4 A comunitarização de parte do terceiro pilar: o Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	110
5.1.5 A cooperação reforçada: uma Europa de geometria variável	113
5.2 O reforço da capacidade de acção externa da União	116
5.3 Conclusão: Amesterdão, um tratado de transição	122
VI. O Tratado de Nice: um passo em frente, dois atrás?	125
6.1 A eficácia interna da União e a questão da legitimidade	128
6.1.1 As principais reformas institucionais	128
a) Reformas institucionais relativas ao alargamento	128
b) Reformas institucionais independentes do alargamento	135
c) Alterações introduzidas pelo Tratado de Adesão de 16 de Abril de 2003	140
6.1.2 Um reforço tímido da <i>Europa dos cidadãos</i>	141
6.1.3 Um passo limitado para a Europa social	142
6.1.4 Cooperação reforçada: uma maior operacionalização	143
6.1.5 Um resultado muito modesto no terceiro pilar	145
6.2 A identidade externa da União: o desfasamento entre os avanços <i>de jure</i> e os avanços <i>de facto</i>	145
6.3 O processo de <i>constitucionalização</i> : a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia	151
6.4 Conclusão: uma (re)avaliação de Nice	153

TERCEIRA PARTE – O PÓS-NICE: QUE CENÁRIOS PARA A NOVA EUROPA

DEMOCRÁTICA?	157
VII. A Declaração de Laeken: uma nova oportunidade?	161
7.1 O projecto de declaração: um documento ambicioso	161
7.2 A declaração adoptada: recuo na evolução neofederal?	163
7.3 Conclusão: uma declaração histórica ou uma declaração «biodegradável»?	165

VIII. A convenção europeia: uma via útil	167
8.1 Porquê a convocação de uma convenção?	167
8.2 Composição e regras de funcionamento da convenção	171
8.3 A reforma institucional: as principais propostas em debate	174
8.3.1. A Comissão Europeia	175
8.3.2. O Conselho de Ministros	179
8.3.3. O Parlamento Europeu	183
8.3.4. A presidência da União	185
8.4 Conclusão: a <i>constitucionalização</i> da UE	193
IX. O Tratado Constitucional: uma porta para um novo estádio da integração europeia	199
9.1 Os valores e objectivos da União	201
9.2 Os direitos fundamentais e a cidadania da União	203
9.2.1. A Carta dos Direitos Fundamentais da União	204
9.3 As competências da União	205
9.4 A reforma institucional	211
9.5 A nova maioria qualificada	216
9.6 O Espaço de Liberdade, Segurança e Justiça	219
9.7 A Política Externa e de Segurança Comum	221
9.8 As finanças da União	226
9.9 A pertença à União e a relação de vizinhança com países terceiros	227
9.10 Entrada em vigor, vigência e revisão do Tratado Constitucional	230
9.11 Conclusão: O Tratado Constitucional – o compromisso possível	232
CONCLUSÃO	235
X. Em direcção a uma macrorregião política	237
POSFÁCIO	247
BIBLIOGRAFIA	255